

Plano para por ordem no campo

Zoneamento ecológico econômico, essencial para preservar a flora, só atinge 10% do território do país

Romário Schettino
 Da equipe do Correio

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, quer que os estados brasileiros implementem rapidamente o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) nas propriedades rurais. Esse apelo foi feito ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para que os estudos de zoneamento fossem agilizados em todo o país. A lei federal que prevê esse trabalho existe há dez anos, mas até hoje

pouca coisa foi feita. O zoneamento ecológico é o planejamento do uso dos recursos naturais e sociais de cada região. É o equivalente rural ao Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial (PDOT) urbano. Com o ZEE, cada estado tem como definir quais áreas serão preservadas, recuperadas ou utilizadas para a produção e de que maneira será feito. O tema voltou à tona com a discussão acalorada do projeto de conversão à Medida Provisória que altera o código florestal

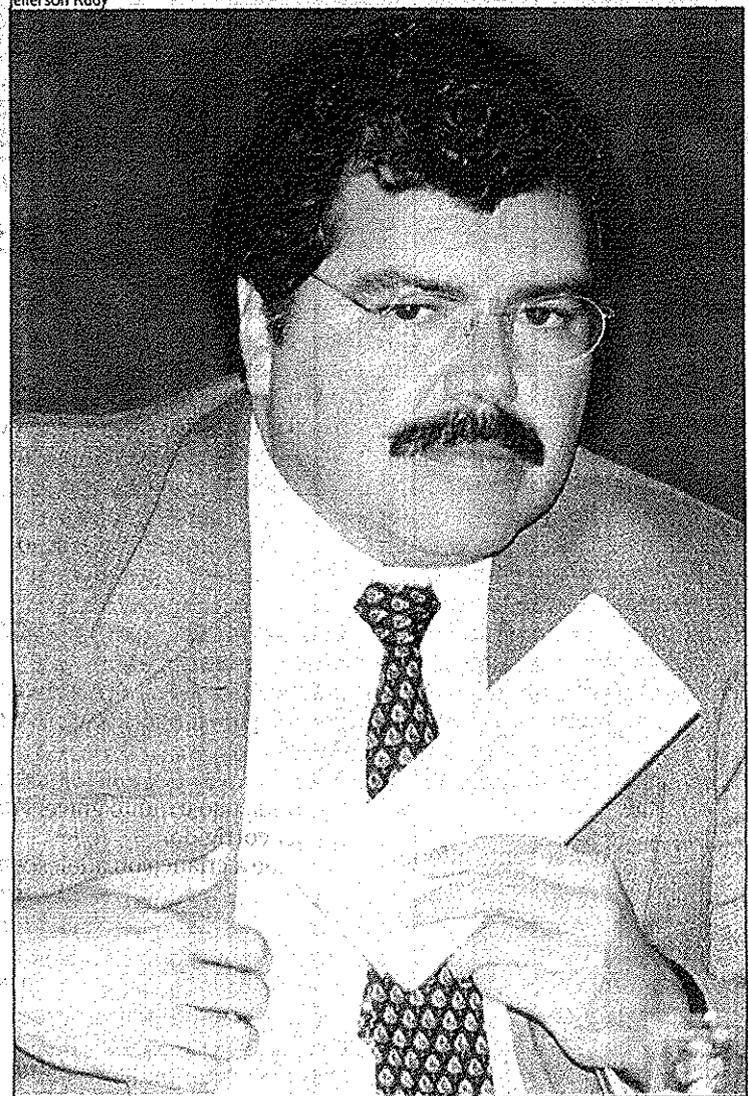
brasileiro, de autoria do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). O deputado incluiu no seu projeto o ZEE como forma de justificar a redução dos limites de reservas florestais de 80% para 50% na Amazônia, e de 50% para 20% no cerrado. Segundo o deputado, os zoneamentos seriam os responsáveis pela definição do que deveria, ou não, ser desmatado. Os ambientalistas concordam com o zoneamento, mas exigem a imposição, por lei, dos limites mínimos previstos na proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

São várias as formas de se produzir o zoneamento. O governo federal coordena e supervisiona todo o trabalho feito no país. Em cada estado, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com a participação da comunidade, realiza-se o ZEE das microrregiões. Este mês, acontecerá em Brasília um seminário para fazer o mapeamento do que já se realizou. O único estado que concluiu seu zoneamento foi Rondônia.

Embora seja considerado um instrumento importante para o planejamento de novas ocupações, recuperação de áreas degradadas e proteção dos ecossistemas, ao todo, só foram zoneados 10% do território nacional nesses dez anos de legislação. Além de Rondônia, existem zoneamentos concluídos em pequenos fragmentos da Amazônia e do Mato Grosso, como a zona do Pantanal.

O Greenpeace divulgou pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi na qual 88% da população revelam-se contrárias aos políticos que defendem o desmatamento. A maioria, 94% dos entrevistados, acreditam que o limite máximo para o desmatamento na Amazônia deveria ser mantido nos atuais 20%. "A reação deixa claro que não há mais espaço para a destruição criminosa das florestas", disse Ruy de Goes, coordenador da Campanha de Amazônia do Greenpeace.

Jefferson Rudy



Sarney Filho: pressa na implementação de zoneamento ecológico